

**Meditar sobre fantasmas:
Liberalismo, Personalismo, Social-democracia**

I - A revisão do Programa Social-Democrata

José Pedro Aguiar-Branco (coord.), Pedro Passos Coelho (pref.)
GenePSD - Contributos para uma Social-Democracia Portuguesa

Lisboa: 31 Janeiro 2012

Texto: http://issuu.com/ppdpsd/docs/contributos_para_uma_social-democracia_portuguesa
<http://www.ionline.pt/portugal/passos-coelho-define-partido-reformista-personalista-interclassista>

Aguiar-Branco apela ao "personalismo"

In: Expresso, 25 Fevereiro 2012, 9:36

<http://aeiou.expresso.pt/psd-conselho-nacional-vota-hoje-propostas-de-revisao-dos-estatutos-e-do-programa=f707016>

O Conselho Nacional do PSD vai reunir-se hoje em Lisboa para discutir e votar as propostas de revisão dos estatutos e do programa do partido a submeter ao Congresso de 23, 24 e 25 de Março... Por sua vez, a comissão de revisão do programa do PSD, que esteve a cargo de José Pedro Aguiar-Branco, reuniu as suas conclusões num livro, no qual propõe que o partido assumira o "personalismo" como traço identitário, "na equidistância superadora do indivíduo liberal e do colectivismo socialista". Segundo o secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, só o Conselho Nacional é que pode propor ao Congresso a revisão do programa do partido.

Passos Coelho retira "personalismo" do Programa do PSD

In: Expresso, 25 Fevereiro 2012, 11:55

<http://aeiou.expresso.pt/passos-mantem-sns-no-programa-do-psd=f707025>

José Pedro Aguiar Branco não foi ao Conselho Nacional do PSD que hoje discute a revisão do Programa do partido. O autor do ante-projecto de revisão (que Pedro Passos Coelho alterou) viaja hoje para Washington onde, segunda-feira, participa numa reunião como ministro da Defesa. Passos informou-o das alterações ao texto. "Mais conservador na narrativa" social-democrata, segundo fonte próxima de Aguiar Branco, o projecto hoje apresentado por Pedro Passos Coelho aos conselheiros nacionais do PSD mantém a defesa do SNS (Serviço nacional de Saúde) e da Segurança Social. E não contém a frase contida no ante-projecto, segundo a qual o Estado Social "está caduco". As referências ao personalismo de Mounier também desapareceram. O texto apresentado pelo líder do partido irá hoje a votos.

II - Vasco Pulido Valente critica inclusão e louva posterior exclusão do Personalismo no Programa Social-Democrata

Vasco Pulido Valente

Um fantasma

Público, 4 Fevereiro 2010

<http://jornal.publico.pt/noticia/04-02-2012/um-fantasma-23912256.htm>

(sobre o Personalismo, Mounier, a revista Esprit, Pétain, Vichy, etc.)

Vasco Pulido Valente

Obra meritória

Público, 4 Março 2010

<http://jornal.publico.pt/noticia/03-03-2012/obra-meritoria-24112760.htm>

(Sobre a expurgação do Personalismo na versão final do Programa social democrata)

Citações:

Uriage

In: Alcatruz, 4.2.12

<http://alcatruz.blogspot.com/2012/02/uriage-agua-desmaquilhante.html>

1. Água desmaquilhante; Despigmentantes e branqueadores.
2. Emmanuel Mounier começou pela direita e, depois da derrota da França em 1940, aderiu a Pétain e acabou por se tornar o principal inspirador de Uriage, a "escola de quadros de Vichy". Em 1942-1943, como toda a gente, virou a casaca e, na revista 'Esprit', que fundara em 1932, pontificou durante um tempo em nome da verdadeira "resistência", a que ele chegara, pelo menos, tarde. O que, de resto, não o impediu de justificar assanhadamente o terror de Estaline, em defesa da "pessoa humana" e dos trabalhadores. VPV

III. Fantasma? E a crise da Social-democracia?

Antonio Negri

**O keynesianismo já não pode funcionar a nível nacional e a nível global não tem interlocutores
Não há saída para a crise. A guerra tornou-se uma possibilidade**

Jornal i, 4 Feb 2012

<http://www.ionline.pt/mundo/antonio-negri-nao-ha-saida-crise-guerra-tornou-se-uma-possibilidade>

Antonio Negri, conhecido por Toni Negri, é um pensador e activista italiano. É autor de uma vasta obra em que o pensamento político radical se mistura com a filosofia de Espinosa. Foi dirigente da organização de extrema-esquerda Poder Operário. Esteve preso. É nome cimeiro da corrente marxista autonomista. Num dos seus muitos livros, Antonio Negri fala de Kairòs, o momento em que Deus toca na história; este filósofo italiano que nasceu em Pádua em 1933 já viu muitas vezes a história ser feita. E pagou o preço por isso. Acusado, por "arrepêndidos", de ser o mentor ideológico das Brigadas Vermelhas, esteve preso. A Itália

assustada com o terrorismo de extrema-direita e de extrema-esquerda precisava de exorcizar os seus fantasmas, mesmo que isso significasse acusar falsamente. Tem uma vasta obra escrita, em que se destaca, depois da sua libertação da prisão, “O Império”, escrito com o norte-americano Michael Hardt. Esteve em Lisboa para falar de manifestações e dos novos manifestos que aí vêm.

A crise a que assistimos hoje é uma crise normal ou é uma crise extraordinária que pode levar a uma ruptura?

É uma crise ligada a uma transformação profunda da ordem política, das condições tecnológicas da produção, e sobretudo devida à globalização. É este processo que está na base da crise, mas sem as transformações tecnológicas a globalização financeira não teria sido possível. Sem a forma como se trabalha a informática e a comunicação, a mobilidade e a flexibilidade de todas as forças produtivas seriam impossíveis. A globalização económica e a transformação informática são as duas faces de uma mesma moeda. Esta mutação é acompanhada pela passagem ao capitalismo financeiro em que o capital financeiro se torna o veio fundamental da globalização. É em torno da finança que se organizam os mecanismos de comando desta sociedade globalizada. Esse processo não se faz sem problemas. A transformação do universo financeiro dá aos mercados a possibilidade de mudar as estruturas políticas. Assistimos ao declínio relativo soft, mas real, da potência norte-americana e ao nascimento de uma nova polaridade: a China. E ao mesmo tempo à crise do bloco europeu. Tudo isso contribui para uma crise que é global.

Mas é uma crise profunda?

É uma crise muito profunda, extremamente profunda. No caso da Europa, ela não é capaz de gerir com uma organização adequada as transformações políticas inerentes à globalização. Não tem instrumentos políticos que lhe permitam defrontar a crise global, e por outro lado há uma crise financeira. Nesse campo, as instituições e os instrumentos financeiros europeus não foram capazes de resistir à pressão anglo-americana. E isso é perigoso porque as tornou integradas com as práticas dos capitalistas americanos que desencadearam a crise. Temos portanto uma crise que é provocada, em certa medida, por nós mesmos, europeus, que não conseguimos sair desta crise. Estou muito pessimista.

Está em Lisboa para participar numa iniciativa internacional sobre manifestações e manifestos. Observamos na Europa e no mundo um tempo de emergência de tumultos e de revoltas. Acha que elas podem ter sentido e conduzir-nos a uma modificação estrutural da situação? O seu amigo Slavoj Žižek costuma dizer que um dos problemas desta época é que acreditamos mais na possibilidade de uma catástrofe ou de uma invasão alienígena que na simples possibilidade de uma mudança de um modo de produção...

A questão posta nestes termos pode ter a mesma resposta que deu Žižek. O problema é que talvez os termos da proposição não estejam correctos. As pessoas são diferentes daquilo que a gente imaginava. Hoje a transformação das classes subalternas, que são aquelas que teriam interesse numa revolução, são extraordinariamente profundas. Há uma ligação cada vez mais plena, pelo menos nos países desenvolvidos, entre o velho proletariado e uma classe média enormemente empobrecida. E isso determina dificuldades profundas, de linguagem e de instrumentos de comunicação em torno dos protestos, mas sobretudo de projecto. Mas há elementos revolucionários em si: a indignação, e não falo especificamente do movimento dos indignados, e a consciência cada vez mais profunda e forte de que a ordem democrática inventada no século XVIII e concretizada de uma forma global após a queda da União Soviética não é qualquer coisa que se possa confrontar com a ordem mundial que agora se impôs. Há uma crise política que alimenta reflexões e movimentos extraordinariamente poderosos. A crise está lá: à direita e à esquerda. A crise da representação política está presente em toda a Europa.

Em Itália temos o governo dos tecnocratas...

Em Itália atingiu-se o grotesco. É sempre assim, os italianos são sempre demasiado inteligentes de forma que conseguem sempre fazer as coisas na forma pior. É evidente em Itália que a democracia já não existe. O que sobra é uma espécie de ditadura comissária, como se define nos tratados que eu estudava quando era jovem. Percebia-se, lendo Friedrich Carl, que a ditadura romana não era igual a uma ditadura como a de Mussolini, mas era um regime que procurava a ordem do bem-estar de uma nação, através da entrada de uma vontade exterior na resolução de uma crise anterior e interna.

Na sua obra põe o acento da mudança, não nas condições económicas existentes, mas na tradição do “operaismo” italiano, na acção de quem trabalha.

No “operaismo” damos mais importância ao movimento: mais importância ao trabalho vivo em relação ao trabalho morto e à condição institucional. Mas não esquecemos essa parte, até porque há sempre acção e resistência. Hoje estou convencido que o grande problema é que a relação entre acção institucional e realidade social é uma relação quebrada. Podemos retomar, num sentido diferente, a célebre fórmula de Mao de que “um se partiu em dois”. O problema não é somente dos proletários que têm dificuldades ou dos movimentos de indignação, é também criado pela nova ordem financeira. Há uma ordem financeira que movimenta muitas vezes mais capital que aquele que corresponde à produção de bens e serviços. Neste quadro, o keynesianismo já não funciona, não pode funcionar a nível nacional, e a nível global não tem interlocutores como os sindicatos. Tudo aquilo que representava a velha lógica fordista da produção não pode existir numa relação globalizada. Qual é a regra pela qual o capitalismo financeiro deseja desenvolver-se? Vivemos o risco de ver desencadear uma guerra. Nestas condições, em que não há uma saída objectiva para a crise, a guerra tornou-se uma possibilidade.

Uma guerra no Irão seria uma escapatória possível para a actual crise económica?

Não acredito que a guerra vá ser decidida porque há uma crise. Acredito que a crise pode determinar a guerra. A conflitualidade é sempre depois. Tenho medo. Vi no outro dia o primeiro-ministro israelita dizer que “a guerra estava muito longe”, logo os meus receios de que esteja próxima podem ser fundados [risos].

Nos seus trabalhos rompe com a lógica tradicional dos pensadores associados ao comunismo: a existência de uma classe de vanguarda e de um partido de vanguarda. Defende uma mudança que venha de baixo...

Já não há vanguardas da classe operária.

A pergunta que lhe queria fazer é como pode acontecer uma mudança de baixo feita por uma multidão de singularidades. Como pode uma massa de diferentes criar uma espécie de sentido para criar algo de novo?

É preciso ter atenção. Não é verdade que sejam todos diferentes. É verdade que a Primavera egípcia parece nada ter que ver com o movimento de Madrid e que a luta dos subúrbios de Paris ou de Londres nada têm que ver com o movimento do Occupy Wall Street, mas é também verdade outra coisa que é a existência de um efeito de imitação extremamente poderoso. E ao falar

de efeito de imitação não estou a abordar alguma coisa de simbólico: os efeitos de imitação nas bolsas mundiais são elementos fundamentais para perceber a crise em que vivemos. Por seu turno, não podemos explicar os movimentos e as revoluções de 1848 sem abordar os efeitos de imitação, mesmo numa altura em que os meios de comunicação social eram embrionários, como não podemos explicar 1968 sem eles. Devemos por isso ser prudentes nessa análise. É verdade que a força de trabalho que era composta pelo proletariado se transformou radicalmente. Nisso entraram a comunicação e o conhecimento. A comunicação não é apenas que nós dois podemos comunicar. É o facto de nós dois podermos produzir juntos através da comunicação, da informação e do saber. Actualmente assistimos a um mundo em que há formas comuns que se foram consolidando. Por exemplo, o comum da dívida. Hoje em dia se fizermos uma análise de tipo humano da exploração, vai encontrar no cimo, não o homem explorado, mas o homem endividado. E o homem endividado está dentro de uma rede, e está numa rede que pode tomar consciência do peso da dívida e revoltar-se. Há outras redes, como a dos homens “mediatizados”, aqueles que são alienados da comunicação. Mas aqui também é possível ver instrumentos de comunicação que podem determinar uma subjectividade alienada transformar-se em forças enormes de revolta. E há o homem “securizado”. Todos os governos de direita fazem um apelo evidente a isso. A procura de segurança é uma necessidade que encontra campo nas pessoas perante uma insegurança crescente. Uma ordem mantida pelo medo. E há ainda o problema do homem representado, representado de que forma? Chegamos aos absurdos mais inimagináveis: a corte suprema americana deu a autorização de serem anónimos aos que contribuem com fundos para as campanhas dos candidatos. Significa que a riqueza enquanto tal assume o papel fundamental na escolha da classe dirigente. Entramos no reino da pura loucura.

Aparentemente, apesar do efeito de contágio, os movimentos produzem resultados diferentes: os indignados marcham por uma democracia real, a Primavera Árabe levou ao triunfo do fundamentalismo islâmico e o discurso da insegurança faz subir a extrema-direita em toda a Europa...

Julgo que abordou aqui um problema fundamental que é a forma como podemos utilizar uma mesma situação. Como sabe, há, por exemplo, uma teoria que parte de Maquiavel que é democrática e há uma teoria que parte do mesmo autor que é contra as mudanças. O jogo está sempre aí. E é necessário saber jogá-lo. Estou extremamente pessimista, e não sobretudo pela sorte da herança de Maquiavel, mas pelo destino da humanidade (risos). Honestamente, hoje chegámos a um ponto em que, como dizia o velho Karl Marx, as forças produtivas e as relações de produção estão numa contradição profunda.

Mas essa contradição não tem aparentemente um sujeito histórico que a cavalgue.

Estou convencido que essa força é o trabalho cognitivo. As forças que trabalham na informação e na comunicação, não falo obviamente dos jornalistas [risos]. É, por exemplo, a luta nas universidades e a criação de uma nova subjectivação. Hoje os instrumentos não são os partidos. De direita ou de esquerda, os partidos estão completamente afectados pela crise da representação.

Defende que se devem recusar as eleições e a escolha de representantes democrática?

Para mim, vivemos um momento de existência de um poder constituinte que reinvente radicalmente as instituições que nos permitem viver juntos. Não sei quem as vais reinventar. Acho que não devemos resolver esse problema em Wall Street. O dinheiro deve assumir um poder constituinte ou são os de baixo que devem fazê-lo? Quem vai ganhar?

Em 2009, na sua intervenção no colóquio internacional sobre a ideia do comunismo, defendeu a multiplicação das acções da multidão contra o Estado, a vivência de uma militância comum e a criação de novas instituições...

É evidente que todo o movimento de subjectivação só pode partir de subjectividades que tenham mudado. As mudanças começam pela alteração da singularidade e é preciso fazê-las. Não há um qualquer partido comunista que as faça por nós. Eu venho de uma família de tradição comunista, em que vi gerações de pessoas decididas a fazer as coisas. Somente assim é possível produzir subjectivações que se tornem reais. Depois o problema é que de facto vivemos numa situação que é revolucionária. Mas dizer isso não significa que haja uma revolução. Quando Marx começou a escrever “O Capital”, em 1858, dizia “assistimos à crise mais bela”, era uma crise terrível, que lhe permite entender as leis exteriores ao capital, que são aquelas que decorrem da luta de classes. Estamos numa situação parecida, entramos num mundo novo, no qual ninguém sabe o que se passará. A consciência desta ruptura em que “um se dividirá em dois” está hoje presente.

Assistimos um pouco por toda a Europa à destruição das empresas públicas. No entanto, faz na sua obra uma distinção radical entre serviços públicos e bens comuns, tendo uma apreciação negativa daquilo que é público. Defende os serviços públicos neste contexto de destruição do Estado social?

Vou dizer-lhe claramente. Em Itália fizemos um referendo para impedir a privatização das águas. Foram 28 milhões de italianos que votaram contra a privatização da água, e neste momento o governo, com o apoio da Europa, decide privatizar a água enquanto nós, os 28 milhões, lutamos para que a água fosse um bem comum. Não só a água, mas tudo aquilo que existe em torno dela deve ser gerido de uma forma democrática. Há 28 milhões de pessoas que votaram isso e agora querem-nos impor uma água privada mascarada de pública. Considero que o público não é mais que uma garantia do privado. Hoje em dia o público não é mais que a manutenção da ordem pública para dar aos privados, numa relação de subordinação, os bens comuns e a exploração das coisas. O público foi sempre nas democracias capitalistas alguma coisa que servia os interesses privados. Parecia existir apenas numa outra correlação de forças, num tempo em que a revolução soviética e o medo da União Soviética, e as lutas de classes nos países ocidentais determinaram essa existência. Uma existência que era mais forte em nossa casa, porque estávamos mais perto dos soviéticos, e bastante menos forte no Texas, que estavam mais longe da União Soviética [risos].

Falava nos movimentos universitários, mas assiste-se em Portugal a um processo em que cada vez é mais caro estudar no ensino superior.

Por todo o lado tanto vemos a privatização falir como triunfar. Estive no Chile, e aí há um forte movimento anti-neoliberal com uma fortíssima capacidade de subjectivação. Na América Latina assiste-se a uma verdadeira revolução nos últimos 20 anos. Esta irreversibilidade do caudilhismo, a ruptura da dependência económica com os países do Norte. No Brasil foi instituído o rendimento mínimo garantido. Eram coisas inimagináveis há décadas. Ontem estive com uns amigos e eles diziam que a Biblioteca Nacional portuguesa está quase sem dinheiro. E eu dizia-lhes: “Porque não pedem aos brasileiros?” A manutenção do

património da língua portuguesa é também do interesse deles. E não é irrealista, mas se eu dissesse há 20 anos que o Brasil estava em condições de dar dinheiro a Portugal ninguém me acreditaria.

Em Portugal seria mais provável ser privatizado para os chineses comprarem [risos]...

Ai, também é necessário ser prudente. Nunca se sabe o que se passa na China. A definição do capitalismo chinês exige rigor. Ali o poder das empresas públicas é gigantesco. E é preciso perceber que toda a crise cíclica do capitalismo global, que nos engloba a nós e a eles, vai necessariamente repercutir-se na China e acerbar contradições. Até porque os chineses não são carneiros. São pessoas.

Há mais de uma década escreveu "o Império", com Michel Hardt, e aí defendia que havia uma espécie de desaparecimento da soberania dos estados. Mudou de opinião com este recrudescimento das potências nacionais: as guerras dos Estados Unidos, o aparecimento da China, a imposição da vontade alemã na Europa, etc.?

Mudámos e não mudámos. É evidente que não houve uma constitucionalização do império, mas também é evidente que mesmo os poderes nacionais fortes, como a China e a Alemanha, estão completamente subordinadas ao mercado. E esse mercado não tem pátria, apesar dos esforços chineses e americanos. Dito de outra forma, o soft power americano é isso, é a transposição do poder político para o poder financeiro. Estamos a viver essa forma do declínio americano que é clássica: já se tinha passado em Espanha há séculos, aconteceu com o Reino Unido há uma centena de anos.

Pensa que é possível que os EUA percam a hegemonia político-militar?

Do ponto de vista militar isso é totalmente evidente. Os EUA perderam todas as guerras em que se têm metido. Não sei se têm a capacidade de vencer o Irão. Os israelitas também perderam a última guerra em que se meteram no Líbano. É preciso ser realista, eles não são a grande potência que as pessoas imaginam. Há 20 anos, quando escrevíamos "O Império", tivemos conhecimento de um livro de Joseph Nye em que se falava do conceito de soft power. O autor era colega do Michael Hardt e ficamos fascinados pela sua tese, em que ele dizia com todas as letras que a grande potência americana tinha de certa forma terminado. Neste momento está a fazer lobbying em Washington a vender o presidente. Foi assim que passaram do governo à governança, e esta não se faz com os porta-aviões, mas com o poder financeiro e as agências de notação.

Participou em 2009 numa conferência internacional com o desafio de discutir uma nova ideia de comunismo. Nela estiveram presentes dezenas de pessoas, entre os quais Badiou, Rancière ou Hardt. Há uma convergência entre filósofos diferentes a este ponto?

Há grandes diferenças, mas isso não significa nada. Aquilo que é importante é que voltámos a conseguir estar juntos para falar do comunismo.

Há algum futuro numa palavra que nos dias de hoje está contaminada por regimes como a Coreia do Norte e a China?

Eu sou contra o estalinismo desde que nasci. Estive preso porque os comunistas italianos me deixaram ir para a prisão. Nunca joguei esta ambiguidade. Para mim a ideia de comunismo é a que tinham o meu pai e os meus irmãos, a vontade de construir uma sociedade em que a igualdade é fundamental, em que não haja patrões, sobretudo patrões idiotas [risos]. Eu nasci durante o fascismo. Tinha 12 anos quando o fascismo caiu e não foi bom viver nesses tempos.

Viveu grande parte do século xx e a sua transição para o xxi. Tem esperança?

Sou pessimista porque tenho medo. Vejo o que há, mas da outra parte sinto a potência deste século de reinventar, talvez não o comunismo, certamente não o comunismo soviético, mas o comum. É preciso reinventar as formas em que teremos a capacidade de nos dirigir a nós mesmos.

Pedro Lomba

O fim da "social-democracia"

Público, 07-02-2012

<http://o-povo.blogspot.com/2012/02/o-fim-da-social-democracia.html>

Decifrar o ADN de um partido pode ser frustrante e inglório. Talvez o dito ADN nem sequer exista. Pior ainda se esse partido for o PSD que, além de reunir à sua volta um sínédrio de intérpretes oficiais - os únicos autorizados a dizer aquilo que é ou não o partido -, sempre se especializou no eufemismo, no subterfúgio, numa colossal distância entre palavras e actos. Ora, a propósito de uma coisa chamada "personalismo" e de um nome, Emmanuel Mounier, que ressurgiram, ao que dizem os jornais, num livro patrocinado por Aguiar Branco para servir de base à revisão do programa do PSD, houve quem recordasse (Vasco Pulido Valente neste jornal, mas não só) esse pensador francês traduzido por Bénard da Costa na década de 60 e determinante para uma geração inteira de católicos de esquerda. De facto, basta ler o livrinho "Personalismo", escrito no final dos anos 40 em que Mounier defendia um "socialismo renovado", para se perceber que não faz qualquer sentido a sua recuperação por um partido com a orientação do PSD. Sucede, todavia, que tão deslocado como visitar Mounier é omitir a influência - essa sim, com maior importância - da doutrina social da Igreja sobre os fundadores do PSD. O pensamento social da Igreja influenciou Sá Carneiro, esteve presente nos debates constituintes, inspirou a consagração da dignidade humana, contrabalançou o lastro marxista (existe até um estudo de Adriano Moreira sobre isso). Eu percebo que por razões tácticas ou por alguma falta de memória o PSD não explicita as suas origens. Mas é verdade que a doutrina social da Igreja, tal como resulta de diversos textos, encíclicas e intervenções, moldou o seu ideário, transformando-o num partido fortemente crítico do colectivismo socialista e do puro liberalismo económico. O "personalismo" em que o PSD se parece rever não é portanto inaudito. E agora um mistério. A doutrina social da Igreja sofreu um "aggiornamento" com o Papa João Paulo II através da sua Centesimus Annus, de 1991. Hoje, estranhe-se ou não, digam o que disserem tanto os seus apóstolos como opositores internos, é possível aqui e ali descobrir traços desse pensamento refundido no discurso político deste PSD. Vejamos. Passos Coelho falou no discurso de ano novo na necessidade de "democratizar a economia". A Centesimus Annus aponta precisamente para uma "oportuna democracia económica através dos corpos intermédios, colaboração e complementaridade entre Estado e Mercado". O actual PSD defende o chamado "terceiro sector" e a responsabilidade dos cidadãos como alternativa a um Estado Social burocrático e pesado. Eis que a doutrina da Igreja enfatiza, por exemplo, que "o Estado se torna deletério para a sociedade quando uma intervenção directa excessivamente açambarcadora acaba por desresponsabilizar os cidadãos e produz um crescimento excessivo de aparelhos públicos mais guiados por lógicas burocráticas do que pela preocupação de satisfazer as necessidades das pessoas". Passos fala numa "economia participativa". Diz-se no pensamento social da Igreja: "O Estado pode instigar os cidadãos e as empresas

na promoção do bem comum e pôr em prática uma política económica que favoreça a participação de todos os seus cidadãos nas actividades produtivas". As coisas são o que são. A par disso, descobrem-se também vestígios de um conservadorismo liberal quando Passos menciona a importância dos "laços comunitários", da coesão e da confiança. Esta linguagem das instituições, do tecido social e dos vínculos colectivos é tipicamente comunitarista. Claro que o PSD, um partido de tribos, nunca nos habituou a grandes enlevos ideológicos. Mas, analisando o discurso, é um erro dizer-se que o PSD se tornou um partido "neoliberal", embora se possa certamente dizer que é hoje menos "social-democrata". Aliás, é essa tensão entre o economicismo de Vítor Gaspar e o conservadorismo liberal de Passos que define a identidade e a hesitação ideológica do governo.

IV. Sistemas economico-politicos

Types of capitalism

<http://en.wikipedia.org/wiki/Capitalism>

There are many variants of capitalism in existence. All these forms of capitalism are based on production for profit, at least a moderate degree of market allocation and capital accumulation. The dominant forms of capitalism are listed here:

Mercantilism - A nationalist form of early capitalism where national business interests are tied to state interests, and consequently, the state apparatus is utilized to advance national business interests abroad. An example of this is colonists living in America who were only allowed to trade with and purchase goods from their respective mother countries (Britain, France, etc.). Mercantilism holds that the wealth of a nation is increased through a positive balance of trade with other nations.

Mercantilism <http://en.wikipedia.org/wiki/Mercantilism>

Protectionism - <http://en.wikipedia.org/wiki/Protectionism>

Free-market capitalism - Free market capitalism consists of a free-price system where supply and demand are allowed to reach their point of equilibrium without intervention by the government. Productive enterprises are privately owned, and the role of the state is limited to protecting the rights to life, liberty, and property.

Free market - http://en.wikipedia.org/wiki/Free_market

Laissez-faire - <http://en.wikipedia.org/wiki/Laissez-faire>

Social market economy - A social market economy is a nominally free-market system where government intervention in price formation is kept to a minimum but the state provides significant social security, unemployment benefits and recognition of labour rights through national collective bargaining laws. The social market is based on private ownership of businesses.

Social market - http://en.wikipedia.org/wiki/Social_market

State capitalism - State capitalism consists of state ownership of the means of production within a state. Capitalism is the physical work process by which wealth is created in excess of the quantity consumed in the production of it, regardless of whether that process is operated by private individuals and companies or by the government. The debate between proponents of private versus state capitalism is centered around questions of managerial efficacy, productive efficiency, and fairest in the distribution of the wealth created.

State capitalism - http://en.wikipedia.org/wiki/State_capitalism

Corporate capitalism - Corporate capitalism is a free or mixed market characterized by the dominance of hierarchical, bureaucratic corporations, which are legally required to pursue profit. State monopoly capitalism refers to a form of corporate capitalism where the state is used to benefit, protect from competition and promote the interests of dominant or established corporations.

Corporate capitalism - http://en.wikipedia.org/wiki/Corporate_capitalism

State monopoly capitalism - http://en.wikipedia.org/wiki/State_monopoly_capitalism

Mixed economy - A market-based economy that includes means of production with public or private ownership. Most capitalist economies are defined as "mixed economies" to some degree[citation needed] although the balance between the public and private sectors may vary.

Mixed economy - http://en.wikipedia.org/wiki/Mixed_economy

Financial capitalism - a form of capitalism where the intermediation of savings to investment becomes a dominant function in the economy, with implications for the political process and social evolution. It is different from the term finance capitalism, which derives from Marxist analysis.

Financial capitalism - http://en.wikipedia.org/wiki/Financial_capitalism

V. Revisitar o personalismo

Personnalisme

<http://fr.wikipedia.org/wiki/Personnalisme>

Personnalisme- Courant d'idées fondé par Emmanuel Mounier [http://fr.wikipedia.org/wiki/Emmanuel_Mounier] autour de la revue *Esprit* [[http://fr.wikipedia.org/wiki/Esprit_\(revue\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/Esprit_(revue))] et selon le fondateur, recherchant une *troisième voie humaniste* entre le capitalisme libéral et le marxisme [www.esprit.presse.fr/whoarewe/history.php]. Le personnalisme «post-mounier» est une philosophie éthique dont la valeur fondamentale est le respect de la personne. Le principe moral fondamental du personnalisme peut se formuler ainsi : «Une action est bonne dans la mesure où elle respecte la personne humaine et contribue à son épanouissement; dans le cas contraire, elle est mauvaise». Il a eu une influence importante sur les milieux intellectuels et politiques français des années 1930 aux années 1950. Il a influencé, entre autres, les milieux de l'éducation populaire et plus tard les *libéraux-chrétiens conservateurs* dont Chantal Delsol [http://fr.wikipedia.org/wiki/Chantal_Delsol].

Avant 1930 - Le terme personnalisme a été inventé par un pasteur de l'Eglise réformée, Albin Mazel, dans le cadre d'une étude intitulée "Solidarisme, individualisme et socialisme". Le terme a été repris ensuite par Charles Renouvier [http://fr.wikipedia.org/wiki/Charles_Renouvier] dans une optique kantienne en 1903. Kant [<http://fr.wikipedia.org/wiki/Kant>] pourrait donc passer pour le vrai fondateur du personnalisme. En effet, Kant, en mettant le sujet au centre de l'expérience en général, et de l'expérience morale en particulier, met en pleine lumière la personne humaine capable d'être à elle-même sa propre fin.

De 1930 jusqu'à la Deuxième Guerre Mondiale - À partir des années 1930, le personnalisme est devenu un mouvement intellectuel de réaction à la crise économique profonde de cette décennie, que la jeunesse intellectuelle française percevait comme une crise de civilisation plutôt que comme une crise essentiellement économique. Cette crise, ces jeunes la caractérisent en opposant l'«individu» et la «personne», opposition empruntée d'ailleurs à Charles Péguy [http://fr.wikipedia.org/wiki/Charles_Péguy], pour manifester leur refus de l'ordre établi exacerbé par la crise économique mondiale qui sévit. Daniel-Rops [<http://fr.wikipedia.org/wiki/Daniel-Rops>] écrira à ce propos: «Est-il besoin de répéter [...] que la personne n'a rien de commun avec l'être schématique mû par des passions élémentaires et sordides, qu'est l'individu. Un personnalisme conscient s'oppose même à l'individualisme dont s'est grisé le XIXe siècle. La personne, c'est l'être tout entier, chair et âme, l'une de l'autre responsable, et tendant au total accomplissement». L'individu, c'est ce qui, en bout de piste, apparaît comme le rejeton des tendances aliénantes du monde moderne. C'est celui qui a sacrifié sa dimension spirituelle et son potentiel d'énergies créatrices et de liberté, au profit d'un idéal petit-bourgeois qui ne vise qu'au bien-être. Pour Emmanuel Mounier «l'individu, c'est la dissolution de la personne dans la matière. [...] Dispersion, avarice, voilà les deux marques de l'individualité». Aussi, la personne ne peut croire «qu'en se purifiant de l'individu qui est en elle». Autant la notion d'individu veut exprimer la faillite de notre société occidentale que met en relief la crise économique des années trente, autant celle de personne renfermée «comme une absence, un besoin, une tâche et une tension continuellement créatrice». Contre le gigantisme des mécanismes sociaux, politiques et économiques qui président aux destinées des hommes; contre l'idéalisme et le rationalisme abstraits qui ont détaché l'homme de la nature et de ses communautés immédiates, tous les mouvements de la jeunesse française se rejoignent en une même aspiration: celle de renouer avec ce qu'ils appellent l'homme «concret» pour en faire un être responsable, c'est-à-dire capable «de réponse». Cette opposition entre individu et personne, assez répandue au début des années trente, est donc à la fois un jugement sur la situation et un projet pour la modifier qui pourrait se formuler de la manière suivante: le bourgeois, cet être incapable d'élévation spirituelle a, par ses visées égoïstes, inversé l'ordre des valeurs mettant ainsi en péril les possibilités d'épanouissement de la personne humaine et de la civilisation occidentale, pour mettre un terme à la crise de notre civilisation, la transformation des structures sociales et économiques doit inévitablement s'accompagner d'une révolution spirituelle. Dès 1927, Jacques Maritain [http://fr.wikipedia.org/wiki/Jacques_Maritain] soutenait cette Primauté du spirituel. À sa suite, des revues comme la Jeune Droite [http://fr.wikipedia.org/wiki/Jeune_Droite], l'Ordre Nouveau [[http://fr.wikipedia.org/wiki/Ordre_nouveau_\(personnalisme\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/Ordre_nouveau_(personnalisme))] et Esprit [[http://fr.wikipedia.org/wiki/Esprit_\(revue\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/Esprit_(revue))] reprendront cette exigence. Ainsi, en mars 1931, l'un des premiers manifestes de l'Ordre Nouveau lançait ce slogan promis à un succès durable: «Spirituel d'abord, économique, ensuite, politique à leur service». Emmanuel Mounier écrira quelque temps plus tard: «Le spirituel commande le politique et l'économique. L'esprit doit garder l'initiative et la maîtrise de ses buts, qui vont à l'homme par-dessus l'homme, et non au bien-être». Selon ces jeunes intellectuels français, redonner la «primauté à la personne», c'est retrouver la voie de la vraie hiérarchie des valeurs; c'est réunir ce que le monde moderne a eu tendance à séparer. Cette volonté est surtout le souci de la revue Esprit et, dans une moindre mesure, celui de l'Ordre nouveau, revues qui possèdent quelques collaborateurs communs. Toutefois, puisqu'il n'est personne pour croire que cette nouvelle civilisation s'édifiera seulement à coup d'idéal, on a aussi pensé à organiser ce qui relève du matériel sur une base concrète qui puisse permettre d'atteindre la réalisation de cet objectif. Il faut savoir que pour cette génération, Proudhon [<http://fr.wikipedia.org/wiki/Proudhon>] sera, en ce qui a trait à l'organisation de la dimension matérielle, ce que Charles Péguy représenta pour la dimension spirituelle. Esprit, qui est avant tout Emmanuel Mounier, approfondira surtout la réalité de la personne humaine alors que l'Ordre Nouveau s'attachera plutôt, en s'inspirant plus directement de Proudhon, à définir le cadre organisationnel qui va permettre à l'humanité nouvelle d'émerger.

Groupes non-conformistes des années 30 [http://fr.wikipedia.org/wiki/Non-conformistes_des_annees_30] - Le personnalisme se constitue en France dans les années 1930-1934 avec l'apparition d'une nébuleuse de groupes et de revues que l'historiographie du XXe siècle rassemble sous le terme de non-conformistes des années 30, en se référant à l'ouvrage éponyme de Jean-Louis Loubet del Bayle. Au sein de cette mouvance, animée par de jeunes intellectuels qui avaient la volonté de situer leur «engagement» en marge des mouvements d'idées établis, on pouvait distinguer trois courants:

- a) Tout d'abord celui de la revue Esprit qui se crée à partir de 1932 autour d'Emmanuel Mounier, et auquel on tend parfois aujourd'hui à réduire le personnalisme des années 30.
- b) Le second courant est celui de l'Ordre nouveau, qui s'organise sous l'impulsion d'Alexandre Marc à partir d'une base théorique fondée particulièrement sur la réflexion de Robert Aron et d'Arnaud Dandieu, l'œuvre de ce dernier étant brutalement interrompue par sa mort en 1933.
- c) Enfin, ce que Mounier appellera la Jeune Droite rassemblait de jeunes intellectuels plus ou moins dissidents de l'Action française (parmi eux Jean de Fabrègues, Jean-Pierre Maxence et Thierry Maulnier) autour de revues comme Les Cahiers, Réaction, La Revue française, La Revue du siècle.

Les grandes idées du personnalisme - Face à ce qu'ils percevaient comme une «crise de civilisation», ces jeunes intellectuels présentaient, malgré certaines divergences, un «front commun»:

- a) Le refus du libéralisme: les personnalistes se posaient en rupture avec le «désordre établi», c'est-à-dire la subversion des valeurs humanistes héritées de la raison grecque, du judaïsme et du christianisme, que leur semblaient, particulièrement durant la crise des années 30, représenter les institutions capitalistes et parlementaires d'une société libérale et individualiste, dont les fondements institutionnels leur paraissaient aussi fragiles et «inhumains» que les fondements culturels en proie à un «matérialisme» et un «nihilisme» destructeurs.
- b) Le refus du marxisme et du fascisme: les personnalistes refusaient parallèlement les tentatives «étatistes» de réponse «totale» du communisme ou du fascisme, précisément pour ce qu'elles broyaient l'individu, niaient la primauté de la personne.
- c) Les solutions: les personnalistes avaient l'ambition, pour remédier à cette «crise de l'homme au XXe siècle», de susciter une «révolution spirituelle», transformant simultanément les choses et les hommes, qui devait trouver son inspiration philosophique dans une conception «personnaliste» de l'homme et de ses rapports avec la nature et la société, et se traduire par la construction d'un «ordre nouveau», au-delà de l'individualisme et du collectivisme, orienté vers une organisation «fédéraliste», «personnaliste et communautaire» des rapports sociaux.

Le personalisme face au fascisme - Après 1934, face aux événements, les itinéraires de ces intellectuels divergeront. Pourtant leur influence ultérieure n'a pas été négligeable, même si elle s'est manifestée de manière quelque peu diffuse. Sur la lancée des débats intellectuels de l'avant guerre, les hommes et les idées des années 1930 apparaissent dans les années 1940:

- a) dans certaines des expériences «communautaires» du régime de Vichy (politique de la jeunesse, Compagnons de France, Association Jeune France, École d'Uriage). Simple opportunisme alors que l'effondrement de la IIIe République laissait le champ «libre» (à condition d'ignorer l'occupation allemande) pour de nouvelles expériences politiques et sociales selon les uns, ou dérive naturelle d'une idéologie française anti-libérale selon les autres (l'historien Zeev Sternhell par exemple).
- b) dans certains programmes de la Résistance (Mouvement Combat, Défense de la France, l'OCM) désireux de faire de la Résistance le creuset de changements profonds par rapport aux mœurs politiques et sociales de l'avant-guerre, tenues pour responsables du désastre de 1940.

Le personalisme après 1945 –

- a) Après la guerre, nombre de ces non-conformistes et conservateurs deviendront des militants des mouvements fédéralistes européens (Robert Aron, Daniel-Rops, Jean de Fabrègues, Alexandre Marc, Denis de Rougemont, Thierry Maulnier).
- b) La revue Esprit, tout en prenant ses distances avec une partie de son héritage, sera un temps tentée de faire un chemin aux côtés du communisme (toujours l'héritage anti-libéral qui appelle la recherche de solutions radicalement nouvelles parfois non exemptes de risques), puis contribuera aux débats de la IVe et de la Ve République sur l'avènement d'une «Nouvelle Gauche» [[http://fr.wikipedia.org/wiki/Nouvelle_gauche_\(New_Left\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/Nouvelle_gauche_(New_Left))] et ne sera pas sans influence sur ce que dans les années 1980 on appellera la «deuxième gauche» [http://fr.wikipedia.org/wiki/Deuxième_gauche], notamment par la voix de Jacques Delors [http://fr.wikipedia.org/wiki/Jacques_Delors] dans La Vie Nouvelle [[http://fr.wikipedia.org/wiki/La_Vie_nouvelle_\(association\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/La_Vie_nouvelle_(association))]
- c) Après 1968, certains courants écologistes se rattacheront à cet «esprit des années 30» notamment les chrétiens-conservateurs dont Jacques Ellul [http://fr.wikipedia.org/wiki/Jacques_Ellul]. Il faut cependant noter qu'Ellul, avec Charbonneau, est déjà l'auteur du premier manifeste personaliste dans les années 30.
- d) Cette influence s'est aussi exercée sur le courant 'démocratie chrétienne' [http://fr.wikipedia.org/wiki/Démocratie_chrétienne], les libéraux-conservateurs de Chantal Delsol [http://fr.wikipedia.org/wiki/Chantal_Delsol], et dans la droite - Cfr. Charles Millon [http://fr.wikipedia.org/wiki/Charles_Millon], Hervé Mariton [http://fr.wikipedia.org/wiki/Hervé_Mariton].- et sur ses prolongements.
- e) Ngô Đình Diệm, président du Sud-Vietnam de 1955 à 1963, se réclamait du personalisme.
- f) Au-delà des frontières de la France, le personalisme des années 30 trouvera aussi une audience, par exemple au Québec dans les années 1930-1970 notamment auprès du futur premier ministre Trudeau. Cette présence au Canada provoquera là-bas une polémique philosophique d'envergure internationale en opposant le philosophe québécois d'origine belge Charles De Koninck aux personalistes, et plus particulièrement à Jacques Maritain et à ses disciples. Le personalisme se fera aussi connaître parmi les milieux de dissidents de l'Europe de l'Est, tandis qu'il ne sera pas étranger à l'évolution de la réflexion des milieux catholiques durant la seconde moitié du XXe siècle.
- g) Les aspects intellectuels et philosophiques du personalisme ont été particulièrement approfondis par Esprit et son directeur, Emmanuel Mounier, auxquels la postérité tendra à identifier ce courant d'idées de façon un peu réductrice.
- h) Le père Teilhard de Chardin représente la version théologique du personalisme.

Centre d'@ction pour un Personalisme Pluraliste (Louvain-la-Neuve BE)
<http://www.personalisme.org>

La Vie Nouvelle: Pour une alternative personaliste et citoyenne (Paris FR)
<http://www.lvn.asso.fr>

Centro Ricerche Personaliste (Terni IT)
www.prospettivapersona.it
<http://it.wikipedia.org/wiki/Personalismo>

Asociación Española de Personalismo (Madrid ES)
<http://www.personalismo.org>
<http://es.wikipedia.org/wiki/Personalismo>

Ponderações personalistas (S. Paulo BR)
<http://personalismomounieriano.blogspot.com/>



Jean Lacroix, Emmanuel Mounier e Jean-Marie Domenach
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Personalismo>

VI Cristianismo, Liberalismo e Economia Social de Mercado

I

François Bilger (1940 - 2011)*

L'école de Fribourg, l'Ordolibéralisme et l'économie sociale de marché

In: blogbilger, 8 Avril 2005

www.blogbilger.com/blogbilger/2005/04/lecole_de_fribou.html

www.blogbilger.com/esm/ecoledefribourg.pdf

Índice:

L'ECOLE DE FRIBOURG
L'ORDOLIBERALISME
ORGANISATION ECONOMIQUE ET SOCIALE
PRINCIPES CONSTITUANTS
POLITIQUES ORDONNATRICES ET REGULATRICES
CONTROLES
L'ECONOMIE SOCIALE DE MARCHE
LA FONDATION
LA DERIVE
LA RESTAURATION
LA REFORME

*voir aussi:

La pensée économique libérale dans l'Allemagne contemporaine, Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1964, XVI, 318 p.

<http://aleph18.sibul.ul.pt> / <http://webopac.sib.uc.pt> / www.amazon.fr

Les trois chocs de l'économie allemande (avec Éric Rugraff), In: Revue d'Allemagne et des Pays de Langue Allemande, Tome 35, n° 4, Octobre-Décembre 2003; et Problèmes Économiques. Paris. N° 2853 (2004), p. 7-16, on-line :

<http://www.blogbilger.com/esm/3lestroischocsdeleconomieallemande.pdf>

II

Michael Borchard (Konrad-Adenauer-Stiftung) / Uwe Cantner, Andreas Freytag and Rupert Windisch (Wirtschaftswissenschaftliche Fakultät der Universität Jena) / Nils Goldschmidt and Michael Wohlgemuth (Walter Eucken Institut) / Gerd Habermann (Die Familienunternehmer – ASU) / Joachim Starbatty (Aktionsgemeinschaft Soziale Marktwirtschaft) / Martin Wilde (Bund Katholischer Unternehmer) / Lars Vogel (Ludwig Erhard Stiftung) / Joachim Zweynert (Hamburgisches WeltWirtschaftsinstitut/Wilhelm Röpke Institut)

Jena Manifesto for the renewal of social market economy

In: Symposium "60 Years of Social Market Economy" (Jena: Friedrich Schiller University, 20 June 2008)

Berlin: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2008, 17 p., on-line:

www.60jahresozialemarktwirtschaft.de/fileadmin/marktwirtschaft/downloads/Jena_Manifesto_ket_Economy.pdf

Índice:

1-THE IMAGE OF THE HUMAN BEING IN THE SOCIAL MARKET ECONOMY STEMS FROM THE WESTERN CHRISTIAN TRADITION
2-FREE COMPETITION, SAFEGUARDED BY A COMPETITIVE ORDER, CREATES «PROSPERITY FOR ALL»
3-A REDISTRIBUTION STATE IS NOT A SOCIAL MARKET ECONOMY
4-MORE FREEDOM IN THE LABOUR MARKET CREATES MORE JOBS AND MORE OPPORTUNITIES
5-DRAWING ON THE WHOLE RANGE OF POTENTIAL TALENT – OPENING UP OPPORTUNITIES FOR THE PEOPLE
6-THE STATE SYSTEM MUST STRENGTHEN PARENTS IN PERFORMING THEIR RIGHT AND DUTY TO EDUCATE THEIR CHILDREN
7-A FINANCIAL POLICY BASED ON STABILITY RULES IS PROSOCIAL
8-GLOBALIZATION REPRESENTS A TEST BED FOR NATIONAL REGULATORY POLICIES
9-PRESERVING CREATION IS A GENUINE CONCERN OF THE SOCIAL MARKET ECONOMY
10-WHAT WE NEED TODAY: THE RELEASE OF CITIZENS FROM SOCIAL DEPENDENCE

II

COMECE - Commission des Episcopats de la Communauté Européenne

UNE COMMUNAUTÉ EUROPÉENNE DE SOLIDARITÉ ET DE RESPONSABILITÉ

Déclaration sur l'objectif d'une Économie Sociale de Marché compétitive dans le traité de l'EU

Bruxelles: 12 janvier 2012, on-line :

www.comece.org/site/fr/home?ts=0.599580001330895486

Índice:

PREFACE, PAR L'EVEQUE EMERITE DE ROTTERDAM, PRESIDENT DE LA COMECE
SYNTHESE, PAR L'ARCHEVEQUE DE MUNICH ET FREISING, VICE-PRESIDENT DE LA COMECE
INTRODUCTION
1 LES FONDEMENTS CULTURELS DE L'ÉCONOMIE SOCIALE DE MARCHÉ
2 AGIR GRATUITEMENT POUR D'AUTRES DANS L'ÉCONOMIE SOCIALE DE MARCHÉ
3 ÉCONOMIE DE MARCHÉ ET CONCURRENCE
4 POLITIQUE SOCIALE
5 DÉVELOPPEMENT DURABLE DANS L'ÉCONOMIE SOCIALE DE MARCHÉ
CONCLUSION

III

Centro Studi Tocqueville-Acton

Una Carta Popolare: Liberali e Solidali

Roma-Milano, 3 febbraio 2008

www.cattolici-liberali.com/idee/Manifesto.aspx

Índice:

- I. CENTRALITÀ DELLA PERSONA
- II. FAMIGLIA
- III. AUTONOMIE LOCALI
- IV. SCUOLA E UNIVERSITÀ
- V. SOCIETÀ CIVILE
- VI. GIUSTIZIA
- VII. SANITÀ
- VIII. PREVIDENZA SOCIALE
- IX. DIRITTO AL LAVORO E D'INTRAPRESA
- X. ECONOMIA SOMMERSA
- XI. SISTEMA FISCALE
- XII. PRIVATIZZAZIONI E LIBERALIZZAZIONI

IV

Lorenzo Scillitani

Perché i cattolici non possono non dirsi liberali,

Revista europea de historia de las ideas políticas y de las instituciones públicas, nº 1, marzo 2011, pp. 43-51.

<http://www.eumed.net/rev/rehipip/01/ls/pdf>

VI Economia Social de Mercado em crise

I

Pascal Ordonneau,

Ancien PDG de HSBC Invoice Finance

<http://lecercle.lesechos.fr/auteur/pascalordonneau>

Le miracle allemand: ne pas rêver et se prendre par la main, 02/01/2012

<http://lecercle.lesechos.fr/economie-societe/international/europe/221141793/miracle-allemand-rever-et-prendre-main>

Le miracle allemand: travailler? Le passé est toujours rose, 04/01/2012

<http://lecercle.lesechos.fr/economie-societe/politique-eco-conjoncture/politique-economique/221141871/miracle-allemand-travail>

La pensée économique allemande au feu de la crise : ordo libéralisme contre dirigisme et libéralisme, 09/01/2012

<http://lecercle.lesechos.fr/economie-societe/international/europe/221141997/pensee-economique-allemande-feu-crise-ordo-liberalis>

Allemagne : l'ordo libéralisme entre dirigisme et libéralisme, 10/01/2012

<http://lecercle.lesechos.fr/economie-societe/international/europe/221142039/allemande-lordo-liberalisme-dirigisme-et-liberalisme>

Quand l'Allemagne siphonne les liquidités de ses voisins, 14/01/2012

<http://lecercle.lesechos.fr/economie-societe/international/europe/221142252/quand-allemande-siphonne-liquidites-voisins>

Le Consensus de Washington, 17/01/2012

<http://lecercle.lesechos.fr/cercle/abecedaire/c/221142322/consensus-washington>

Market makers, 19/01/2012

<http://lecercle.lesechos.fr/cercle/abecedaire/m/221142436/market-makers>

Allemagne : le pays qui n'aimait pas les banques, 21/01/2012

<http://lecercle.lesechos.fr/economie-societe/international/europe/221142518/allemande-pays-aimait-banques>

L'Allemagne, repue et oubliée, 27/01/2012

<http://lecercle.lesechos.fr/economie-societe/international/europe/221142723/lallemande-repue-et-oubliee>

Bruno Moschetto «tout savoir ou presque sur la face cachée de l'Euro», 29/01/2012

<http://lecercle.lesechos.fr/cercle/livres/critiques/221142772/bruno-moschetto-savoir-presque-face-cachee-euro>

Monnaie financière: une nouvelle monnaie?, 31/01/2012

<http://lecercle.lesechos.fr/cercle/abecedaire/m/221142855/monnaie-financiere-nouvelle-monnaie>

II

Juan G. Bedoya, El País, 26/02/2012

Crise faz disparar as diferenças entre ricos e pobres na Espanha,

<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2012/02/26/crise-faz-disparar-as-diferencas-entre-ricos-e-pobres-na-espanha.htm>

Um relatório da "Caritas" indica que há 580 mil lares sem qualquer renda (34% a mais que em 2007). As execuções hipotecárias quadruplicaram. O fantasma que percorre a Europa com o nome de crise, recessão ou dívida está causando mais desastres na Espanha do que no resto da UE. Os últimos números são dolorosos, mas doem mais, se isso é possível, quando são comparados com os dos vizinhos. Um exemplo é o crescimento descontrolado do índice de pobreza, o mais alto da UE-21, só superado por Romênia e Letônia. Contra uma média de 16% na UE -21, o índice espanhol de 2011 representa um valor 5 pontos maior que em 2007, o dobro dos valores da Holanda (10,3%) e muito superior ao da França e dos países nórdicos (13%). Também disparou nesses cinco anos a distância entre ricos e pobres. Tomando como referência os países de maior renda da

união, o crescimento da desigualdade na Espanha mais que duplica o da França, triplica o da Alemanha e é quase 5 pontos maior que a média da UE-15. Em percentagens, a renda correspondente aos 20% mais ricos da população espanhola e aos 20% mais pobres passou de 5,3 em 2007 para 6,9 no final de 2010. É o maior aumento da desigualdade dos 27 países da UE. Essa duplicidade, com risco para a coesão social, é a constatação mais preocupante do último relatório da fundação Foessa (Fomento de Estudos Sociais e de Sociologia Aplicada), divulgado ontem à mídia pelo secretário-geral da Caritas, Sebastián Mora. Intitula-se "Exclusão e desenvolvimento social na Espanha. Análise e perspectivas 2012", e oferece conclusões irrefutáveis, por mais desanimadoras que pareçam. "A pobreza é mais extensa, mais intensa e mais crônica", disse Mora. Na Espanha, os pobres são mais pobres desde que começou a crise, com uma diminuição do limite de pobreza que passou de 8 mil euros em 2009 para 7.800 em 2010. A renda média diminuiu 4%, mas se compararmos a evolução da renda per capita com a do índice de preços a queda está perto de 9%. Um indicador muito representativo é a perda de bem-estar nos lares: 30% chegam mal ao fim do mês e reduzem abaixo do suportável seu gasto em consumo de carne, por exemplo; 41% expressam sua incapacidade de enfrentar gastos imprevistos. 3,3% não têm qualquer renda, nem do trabalho nem de prestações por desemprego ou da previdência social. São 34% a mais que no começo da crise. No final de 2011 esse problema afetava 580 mil lares. Um indicador que ilustra a evolução da crise é o número de sentenças de execuções hipotecárias: em 2010 foram quase 100 mil e multiplicaram por quatro as registradas em 2007. A pobreza também anda por bairros, como se costuma dizer, com uma concentração marcante no sudoeste da península e nas ilhas Canárias. A comunidade autónoma com maior índice de pobreza, Extremadura, supera Navarra - a região com menor incidência desse problema - em mais de 30 pontos percentuais (38,2% e 7,3% respectivamente). Contrastam também os índices do País Basco (11,6%) e Astúrias (12,3%) com os das comunidades com níveis de pobreza mais altos, que além de Extremadura são Canárias (31,1%), Andaluzia (30,1%) e Murcia (29,2%). Esta é apenas uma radiografia do Estado do bem-estar espanhol, cujo gasto social em termos de PIB ou calculado per capita revela o longo percurso que resta para se aproximar dos níveis médios da UE em investimento de recursos que favoreçam a igualdade dos espanhóis. Segundo o relatório apresentado ontem pela Caritas, o gasto social na Espanha está 15 pontos abaixo do da maioria dos países do euro com maior nível de renda (25 pontos de distância em relação ao indicador da Alemanha). O economista Vicenç Navarro calculou que para alcançar esses níveis a Espanha deveria aumentar seu gasto social em 75 bilhões de euros por ano.

III

Draghi enterra o modelo social europeu

Wall Street Journal, 24 Fevereiro 2012 / Expresso, 27 Fevereiro 2012

<http://online.wsj.com/article/SB10001424052970203960804577241221244896782.html>

<http://aeiou.expresso.pt/draghi-enterra-o-modelo-social-europeu=f707502>

"O modelo social europeu está morto!" Nunca um banqueiro central falou com tal brutalidade sobre a crise que atravessamos. As declarações do italiano Mario Draghi, o sucessor de Jean-Claude Trichet, na longa entrevista que deu, na sexta-feira, 24 de fevereiro, ao "Wall Street Journal", são de tal maneira violentas, pelo que implicam, que não podiam ter sido ditas senão à "bíblia" da finança mundial. Até mesmo Jean-Claude Trichet tinha mais cuidados com a linguagem quando tentava explicar aos povos europeus o que os esperava. Para Mario Draghi, antigo banqueiro na Goldman Sachs e novo comandante da moeda europeia, salvar o euro terá um preço elevado. Na sua opinião, não há "escapatória" possível e vai ser preciso pôr em prática políticas muito duras de austeridade em todos os países sobre-endividados e isso implica renunciar a um modelo social baseado na segurança do emprego e numa redistribuição social generosa. Esse modelo em que a Europa baseou a sua prosperidade desde a Segunda Guerra Mundial desapareceu, afirma Mario Draghi lembrando aos jornalistas do "WSJ" a fórmula do economista alemão Rudi Dornbusch: "Os europeus são tão ricos que se podem dar ao luxo de pagarem às pessoas para não trabalharem".

IV

José Manuel Fernandes

O modelo social europeu está morto. Morto pelo desemprego.

in: Público - 02.03.2012

<http://jornal.publico.pt/noticia/02-03-2012/o-modelo-social-europeu-esta-morto-morto-pelo-desemprego-24099558.htm>

Não se pode falar de "Estado social", quando um terço a metade dos jovens estão desempregados. Pelo contrário

Não há nada como a sinceridade. E Mario Draghi, o presidente do Banco Central Europeu, teve, no mínimo, um momento de sinceridade ao dizer ao *Wall Street Journal* que o modelo social europeu está morto ("*is already gone*"). Porquê? Por causa das taxas de desemprego, sobretudo do desemprego jovem. "Houve um tempo em que o economista Rudi Dornbusch costumava dizer que os europeus eram tão ricos que podiam pagar para não se trabalhar", prosseguiu Draghi, "mas esse tempo já passou". O líder do BCE não foi apenas sincero, foi realista.

Só por hipocrisia ou por discurso ideológico se pode pretender que existe um "modelo social" numa área económica em que o desemprego entre os jovens chega por vezes aos 50 por cento (caso de Espanha) ou afecta mais de um terço da população activa dessa idade, como sucede em Portugal. Mesmo que todos os cidadãos desempregados recebessem um subsídio - o que sabemos não ser possível (não há dinheiro) nem desejável (pois desincentivaria a procura de emprego) -, a verdade é que um desemprego com tal dimensão corresponde a uma forma extrema de exclusão social. Por excluir uma fatia considerável da população dos mecanismos de integração proporcionados pelo trabalho e pela percepção de que se é útil. É por isso que temos de perceber como chegámos a este estado desgraçado.

Aquando da aprovação do Acordo de Concertação Social houve em Portugal - e no comentariato nacional - uma espécie de unanimidade: o que fora aprovado e era bom para os empregadores teria de ser, ao mesmo tempo, mau para os trabalhadores. O que uns tinham ganho, os outros tinham perdido. Foi como que uma encarnação moderna do velho preconceito da luta de classes, um preconceito que choca com factos simples.

Quando olhamos, por exemplo, para os elevados níveis do desemprego jovem em Portugal ou em Espanha, convém, por exemplo, ver onde é que os seus mercados de trabalho são diferentes, digamos, do alemão ou do francês. Foi isso que fez na última edição da *The Economist* com base em vários estudos comparados. E o que é que esses estudos mostraram? Que em Espanha (que tem características muito semelhantes a Portugal) a existência de leis laborais muito rígidas, ferreamente defendidas pelos sindicatos, levou à criação simultânea de fórmulas de emprego proporcionalmente muito flexíveis. O resultado foi um mercado de trabalho dual, um muito protegido e outro totalmente desprotegido. No primeiro destes mercados estão os trabalhadores mais velhos e sindicalizados, no segundo os mais novos. A simples existência desta dualidade no mercado laboral terá induzido, de acordo com um dos estudos citados, uma perda de 20 por cento da produtividade no sector transformador. Mais: como os trabalhadores com contratos rígidos se sentem mais protegidos, tendem a reivindicar maiores aumentos salariais, o que contribuiu para ajustamentos desproporcionais (não é por acaso que até uma figura como o nobelizado Krugman defende que em países como Portugal ou a Espanha os salários reais têm de baixar 20 por cento em comparação com os da Alemanha). Mas há mais efeitos perversos, todos eles fatais para o nosso "modelo social". Um desses efeitos perversos é baixa da natalidade (jovens com empregos precários não arriscam ter filhos ou nem sequer saem de casa dos pais) e o agravamento do que já podemos definir como uma crise demográfica. E essa, como já foi percebido na Europa do Norte, é seguramente um dos principais inimigos do Estado providência tal como o concebemos.

Mesmo assim anda por aí uma insuportável zoada que atribui todos males do desemprego à falta de "políticas de crescimento". Ontem mesmo, 18 líderes socialistas da União Europeia assinaram uma carta dirigida ao Conselho Europeu em que se defende que se deve "redireccionar do investimento público e privado" para o sector industrial, claro que em "áreas com grande potencial de crescimento". Não se conhecendo as empresas privadas que os pares de Rubalcaba, Papandreou ou Seguro possuem e onde possam, por sua iniciativa, "redireccionar" os investimentos, o que sobra do gentil conselho é, no essencial, mais do mesmo, isto é, mais investimento público e mais subsídios.

Para quem eventualmente tenha estado distraído, foi exactamente isso que foi estabelecido na famosa (e fracassada) "estratégia de Lisboa", ainda António Guterres andava por estas paragens, foi isso que Portugal andou a fazer nas últimas décadas com os resultados que se conhecem, e foi isso que se sugeriu a seguir à crise de 2008 e que ajudou a aprofundar a crise das dívidas soberanas (a Alemanha, que na altura disse não a essa política de "investimento", safou-se...). Números recentes do Banco de Portugal são também muito instrutivos a este respeito: na nossa "década perdida" de 2000-2010, a abundância de crédito barato e as políticas públicas erradas fizeram com que apenas seis por cento do total dos empréstimos bancários fossem para o sector transformador, que é também o sector exportador, enquanto as obras públicas e o imobiliário consumiam 70 por cento do dinheiro disponível.

Não são políticas de investimento, de subsidiação, de obras públicas ou de "fomento industrial" que criarão empregos duradouros. Como escreveu recentemente no *Wall Street Journal* Arnold Kling, um economista americano que criou um dos primeiros sites de comércio electrónico do mundo, não será "mais investimento público que trará de volta os ratings triplo-A", antes um ajustamento das economias que só será possível "através do esforço descentralizado dos empreendedores". Porquê? Porque os mecanismos da inovação que permitem aumentar a produtividade e oferecer mais aos consumidores por menos dinheiro - no fundo os motores da economia de mercado - só funcionam através de múltiplos processos de tentativa e erro até que alguém descubra novos processos de produção e de comércio mais rentáveis.

Como não há forma de adivinhar, muito menos de subsidiar, processos económicos que ainda nem sequer foram descobertos, o remédio não está em mais subsídios e mais paternalismo público, antes em mais concorrência e em mais dinheiro disponível na economia, ou seja, em menos impostos. Um exemplo: em vez de estarem a pedir à Alemanha para ser mais consumista, os outros europeus deviam exigir que abrisse à concorrência o seu mercado de serviços (que é ineficiente), algo que só agora, através a carta dos 12 líderes, começa a ser feito.

Sempre que escrevo sobre o modelo social europeu recordo-me de uma entrevista com o desaparecido Ernâni Lopes já nos idos de 2004. Disse ele na altura - e já passaram oito anos... - que "o modelo social europeu ou muda, ou desaparece". Porquê? "[Não se pode] passar de uma realidade em que tinha uma população jovem e agora tenho uma população duplamente envelhecida - mais velhos e menos crianças -, em que tinha o PIB a crescer a cinco por cento para outra em que cresce a dois e meio, de um tempo em que tinha pleno emprego para um tempo em que tenho desemprego endémico e, por fim, de uma época em que a economia era altamente competitiva para outra em que tem dificuldades de afirmação a nível mundial, e pensar que tudo pode ficar tudo na mesma."

Alguns países europeus conseguiram, nas últimas duas décadas, começar a alterar de forma radical o seu modelo social. A Alemanha, mas sobretudo a Suécia, são bons exemplos. Outros agarram-se, infelizmente, a uma jangada cada vez mais esfrangalhada, chegando a propor - como fez o candidato presidencial do PS francês, François Hollande - que se volte atrás na idade na reforma.

Se não percebermos estas realidades, nunca passaremos de dom quixotes a combater moinhos de vento, nunca entenderemos porque uma crise que começou nos Estados Unidos afectou sobretudo os países mais endividados e menos competitivos da Europa, nunca deixaremos de combater os mesmos de quem dependemos para o financiamento do modelo social, isto é, os famosos e odiados "mercados".

Como reconheceu Draghi, houve um tempo de glória e riqueza europeia que acabou. Esse tempo não voltará, porque o mundo é global e deixou de ser eurocêntrico. Mas ainda podemos ter um modo de vida confortável se não repetirmos os erros e excessos do passado recente... Os erros que tantas sereias querem que voltemos a cometer.